



DIREITO CIVIL



Estratégia
OAB

III SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 31 de janeiro de 2025, Rafael, pensionista, com 80 anos, ajuizou Ação de Obrigação de Fazer com pedido de antecipação de tutela e de Indenização por Danos Morais, na Comarca de Recife, em Pernambuco, em face de “FDP Saúde”, para obrigar o Plano a autorizar e arcar com procedimento médico diante da negativa de atendimento datada de 28 de janeiro de 2025, trazendo toda a documentação e os fundamentos para tanto.

Na petição inicial de ID n. 010203, Rafael requereu a concessão da justiça gratuita, por preencher os requisitos legais para tanto, e, comprovando estar acometido com um tumor maligno na região da próstata, de extrema agressividade e de rápido crescimento, demonstrou a necessidade de realização do exame PET-CT ONCOLÓGICO requerido pelo médico, mas negado pelo “FDP Saúde”.

Na referida peça de ID n. 010203, liminarmente, o requerente destacou que, apesar de o exame de tomografia por emissão de pósitrons (PET-CT) requerido, para o caso do câncer apresentado pelo paciente (adenocarcinoma de próstata), não se encontra contemplado pela Diretriz de Utilização (DUT) da Agência Nacional de Saúde (AN), que estabelece os critérios a serem observados para que seja assegurada a cobertura do referido procedimento, o Plano é obrigado a custear diante da existência de evidências científicas e de haver recomendação de um órgão de avaliação de tecnologias em saúde internacionalmente reconhecido, conforme documentos comprobatórios do direito anexados.

Alegou o autor ainda que a tomografia computadorizada e a emissão de pósitrons tem a capacidade de identificação de atividade metabólica das células corporais, sendo essencial para um diagnóstico preciso de alguns tipos de câncer ou em casos de metástase e que, diante do “câncer maligno” e da idade avançada de Rafael, faz-se urgente a devida identificação das células cancerígenas.

No mérito, pediu que fosse confirmada a liminar para obrigar o plano a custear o exame e que seja condenada a ré ao pagamento de indenização de R\$10 mil (dez mil reais).

Nos autos do processo n. 000105-14.2025.8.17.2001, recebida a inicial, em 03 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara Cível de Recife em Pernambuco concedeu a justiça gratuita e a liminar requerida independente de ouvida do Plano de Saúde, tendo destacado o perigo da demora e a aparência do direito, determinando que o réu, em até 48h, realizasse o cumprimento sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Ciente dos Fatos, “FDP Saúde” interpôs recurso, de n. 050403, perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, contra a decisão e requereu a aplicação de efeitos suspensivos, alegando

(I) inexistência de verossimilhança do direito do autor, uma vez que o rol da ANS seria taxativo conforme a legislação e haveria enriquecimento ilícito do paciente, sendo, portanto, irreversível; e

(II) inexistência de direito à gratuidade da justiça, pois o paciente não preenche o requisito da miserabilidade previsto na lei, afinal, é patrocinado por advogado particular e tem dinheiro de sobra já que está processando o Plano.

Intimado do ocorrido em 05 de fevereiro de 2025, Rafael lhe contata desesperado, pois precisa fazer o exame com urgência e o Plano disse que o Recurso suspendeu a decisão do juiz, conforme protocolo de ligação telefônica de n. 0102.

Analisando os autos que tramitam perante a Segunda Turma do Tribunal, você, como advogado, verifica que realmente houve decisão mandando intimar seu cliente, mas não houve efeitos suspensivos, pelo que você já peticionou desde logo ao juízo de origem informando o descumprimento da liminar.

Ante os fatos, elabore, então, a peça cabível em prol dos direitos de seu cliente em resposta ao réu, fundamentando e indicando os dispositivos legais.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Ludmila ajuizou ação reivindicatória em face de Anita, alegando ser proprietária de terreno com 2000m², situado na cidade de Guarulhos/SP. Citada, Anita manifestou discordância, alegando, em sua contestação, que, dos 2000m², ela teria adquirido 900m² por meio de escritura pública, e os outros 1100m² teriam sido adquiridos de Gigi, possuidora do bem por 20 anos sem qualquer questionamento durante tal período.

Todavia, Adoaldo proprietário de terreno vizinho, verificou que da área de 900 m² que as partes alegavam lhes pertencer, 600m² na verdade eram dele, conforme escritura pública. Com base na hipótese apresentada, responda aos itens a seguir.

- A) Qual é a peça processual a ser manejada por Adoaldo em face das litigantes, em prol de seus direitos de proprietário e de intervenção no feito? (Valor: 0,55)
- B) Quanto aos 1100m² adquiridos a partir de Gigi, qual alegação pode ser utilizada por Anita para ter propriedade originária sobre a área? (Valor: 0,70)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Marina e João casaram em 2015 e adquiriram um imóvel mediante compra e venda durante a relação. Ocorre que, em 2022, poucos meses após o nascimento do primeiro filho, Josias, Marina foi embora de casa para ir morar com seu amante no Rio de Janeiro (RJ), passando João e Josias a morarem sozinhos na casa de 100m². Sobre o caso, responda:

- A) O que João deve fazer para proteger a propriedade do bem imóvel? Justifique. (Valor: 0,60)
- B) Nesse tempo que Marina esteve fora, João poderia ter iniciado uma união estável? Justifique. (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A “Viaja Bem” estava endividada com “XY Linhas Aéreas S.A”, devido a um contrato realizado para a compra e venda de marmitas e alimentos a serem destinados aos passageiros das aeronaves desta última. Passado o prazo de pagamento, “Viaja Bem” alegou a falta de patrimônio suficiente para quitar seus compromissos, entretanto, nas últimas semanas, observou-se que Gaston, associado à empresa, estava utilizando uma aeronave e fazendo uso de helicópteros que antes eram conhecidos por pertencer à pessoa jurídica. Sobre o caso responda:

A) O que “XY Linhas Aéreas S.A” poderá fazer para proteger seu direito ao pagamento? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Caso a insolvência seja alegada em sede de ação judicial, qual será a medida incidental utilizada por “XY Linhas Aéreas S.A”? Justifique. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Júnior, em vista de um transtorno psicológico, depende de diversos medicamentos controlados para levar uma vida normal e sempre enfrentou dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Ocorre que, com a morte de seus pais há pouco mais de 1 mês, vem enfrentando maiores dificuldades financeiras, tendo apenas seu irmão, Pedro, um advogado bem-sucedido, e seu tio, Cláudio, médico bem-sucedido, como familiares vivos. Sobre o caso, responda:

A) Quem terá a obrigação de amparar Júnior economicamente? Justifique. (Valor: 0,60)

B) Qual será a medida processual adequada para Júnior receber o auxílio econômico decorrente do parentesco? Justifique. (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	

5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	